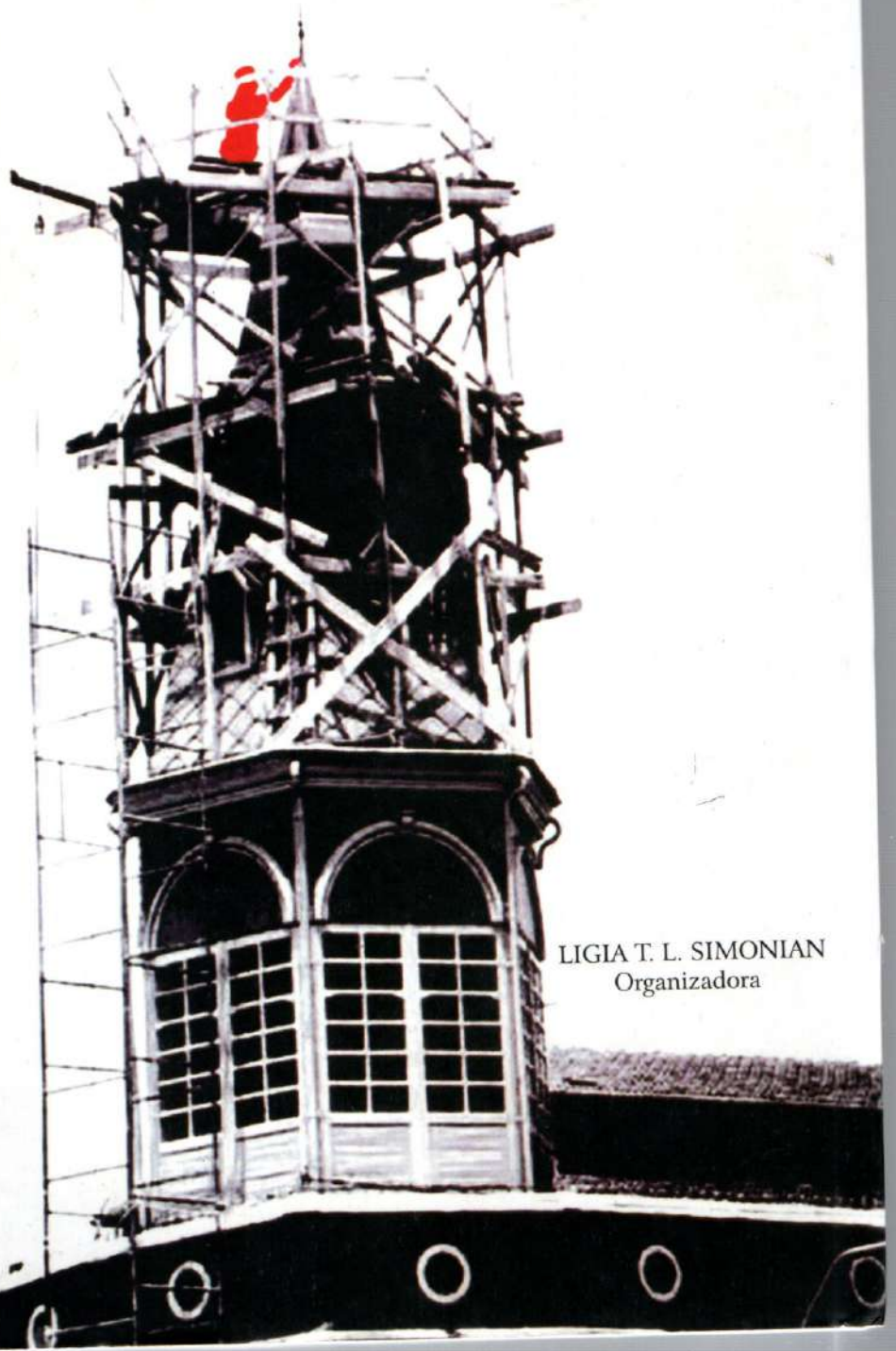


OLIVEIRA, J. A. . A margem e o centro na produção do urbano na Amazônia.
In: Ligia T. Lopes Simonian. (Org.). Belém do Pará: História, cultura e
sociedade. Belém: Editora do NAEA, 2010, v. 1, p. 33-46.

BELÉM DO PARÁ

História, Cultura e Sociedade



LIGIA T. L. SIMONIAN
Organizadora

Patrocínios:

* Governo do Estado do Pará/ SEDECT-PA/ FAPESPA
aprovado no contexto Edital N. 016/2008

Programa de Apoio à Publicação de Revistas, Livros, Periódicos e Editoração
Eletrônica

Governadora
ANA JÚLIA CAREPA

Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Pará – SEDECT-PA
MAURÍLIO DE ABREU MONTEIRO

Diretor-Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará –
FAPESPA
UBIRATAN HOLANDA BEZERRA

* Reitor da UFPA
CARLOS EDILSON DE ALMEIDA MANESCHY

Pró-Reitora de Ensino de Graduação – PROEG-UFPA
MARLENE RODRIGUES MEDEIROS FREITAS

Diretoria de Projetos Educacionais – DEP
MARILENA LOUREIRO DA SILVA

LIGIA T. LOPES SIMONIAN
Organizadora

BELÉM DO PARÁ

História, Cultura e Sociedade



Belém
2010

COMISSÃO EDITORIAL DA EDITORA DO NAEA

Armin Mathis
Edna Maria Ramos de Castro
Fábio Carlos da Silva
Juarez Carlos Brito Pezzuti
Luís Eduardo Aragón
Marília Ferreira Emmi
Nirvia Ravena
Oriana Trindade de Almeida

Revisão do Texto
Estér Roseli Baptista
Ligia T. Lopes Simonian
Rubens da Silva Ferreira
Márcia Michelly Murchio Beltrão
Socorro Ruivo
Estêvão José da Silva Barbosa

Projeto de Editoração Digital: L. Simonian

Editoração Eletrônica: Ione Sena

Capa: L. Simonian e Ione Sena

Foto da capa: "História, cultura e sociedade 1" - L. Simonian, 2002

Ficha catalográfica: Rubens da Silva Ferreira - CRB-2 1108

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CPI)

B248

Belém do Pará : história, cultura e sociedade / Ligia T. Lopes Simonian, organizadora. — Belém: Editora do NAEA, 2010.

736 p. : il.

Ed. do NAEA: ISBN: 978-85-7143-079-2

1. Belém - História. 2. Belém - Cultura. 3. Belém - Aspectos sociais. I. Simonian, Ligia T. L., org. II. Título.

CDD: 21. ed.: 981.

CDD: 21. ed.: 981.15

© Direitos de cópia/Copyright, 2010 por/by
Ligia T. L. Simonian
Belém - Pará - Brasil

Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte e de acordo com as normas científicas.

AGRADECIMENTO

Como se sabe desde muito, raramente produz-se um livro unicamente a partir de uma individualidade *strictu sensu*. Isso porque um autor ou uma autora contam no mínimo com os seus mais próximos e com aqueles e aquelas que lhe garantiram um *background* rico de influências, o que lhes garantiu a inserção no contexto da autoria formal, no caso, expressa em um livro. E esse se tornou possível graças ao apoio de muitos e de muitas, o que é essencial ser ressaltado.

Inicialmente, destaco e agradeço o empenho e a paciência de os autores. Essa última foi essencial, pois ante a dificuldade de se conseguir financiamento, a espera pela publicação se prolongou muito. Mas ser persistente foi importante, pois permitiu que, ainda com atraso, esta obra viesse a público.

É também de se revelar as pessoas que se dispuseram a ler e corrigir os originais dos capítulos, inclusive quanto à reforma ortográfica recente, e de agradecê-las. Por certo, não foi uma nem duas leituras que se fez, isto na tentativa de minimizar as falhas na versão impressa. Assim, muitíssimo obrigada à Estér Roseli Baptista, Rubens da Silva Ferreira, Márcia Michelly Murchio Beltrão e Socorro Ruivo, que comigo assumiram tais tarefas, que sempre são difíceis, pois implicam em intervenções mesmo que mínimas. Nos momentos finais, também Estêvão José da Silva Barbosa contribuiu muito com o processo de revisão deste livro.

Agradecimentos são ainda devidos a arquivistas, bibliotecários e bibliotecárias, que, a partir de suas instituições, viabilizaram o acesso a documentos escritos ou imagéticos importantes e que foram consultados pelos autores e autoras. Esse agradecimento é extensivo a quem colaborou na realização de pesquisa documental e na produção

de imagens envolvendo localização de áreas ou sítios específicos, emprestou fotografias etc. Também ao fotógrafo Edvaldo Pereira, que cedeu uma foto, a n. 6 do capítulo 18. E, também, aos segmentos populacionais belenenses que receberam em suas casas ou locais de atividades os pesquisadores e as pesquisadoras, o que permitiu a realização de suas pesquisas e particularmente dos capítulos que integram este livro.

Agradece-se ainda às instituições que aportaram recursos para a publicação dessa obra. Precisamente, à SEDECT-PA/FAPESPA, por meio do Edital n.º 016/2008. Programa de apoio à publicação de revistas, livros, periódicos e editoração eletrônica, que aprovou o projeto apresentado por mim, na condição de organizadora; e ao DEP/PROEG/UFPa, graças ao empenho da Prof.ª. Dr.ª. Marilena Loureiro da Silva.

Todavia, há de se agradecer aos funcionários da Gráfica Supercores pela editoração eletrônica e pelos trabalhos finais relativos ao processo de produção desta publicação. Nesse sentido, um agradecimento especial devo à Ione Sena, que me suportou por muitíssimas horas, por ocasião da preparação do primeiro protótipo do livro, a chamada “boneca” e pela coautoria na produção da sua capa. No mais, é de esperar-se que os leitores e as leitoras aproveitem da maneira melhor possível o que segue.

Ligia T. Lopes Simonian

SUMÁRIO

PARTE I

A GUISA DE INTRODUÇÃO

1 INTRODUÇÃO	3
<i>Ligia T. Lopes Simonian</i>	
2 A MARGEM E O CENTRO NA PRODUÇÃO DO URBANO NA AMAZÔNIA	33
<i>José Aldemir de Oliveira</i>	

PARTE II

HISTÓRIA

3 UM SÍTIO INDÍGENA SOB A FELIZ LUSITÂNIA: DESCOBERTAS RECENTES EM ARQUEOLOGIA URBANA, EM BELÉM DO PARÁ	49
<i>Fernando Luiz Tavares Marques</i>	
4 INDÍGENAS DE E EM BELÉM: HISTÓRIA, CULTURA E CONDIÇÕES ATUAIS	59
<i>Ligia T. Lopes Simonian</i>	
5 A CIDADE CABANA: RAÇA, PINTURA E PAISAGEM NA BELÉM DE ALFREDO NORFINI	121
<i>Magda Ricci</i>	
6 MEMÓRIAS DO MARCO DA LÉGUA: PAYSANDU, MODERNISMO E GUERRA DO PARAGUAI	139
<i>Aldrin Moura de Figueiredo</i>	

7 VILA DA BARCA: PERSPECTIVAS HISTÓRICAS DA CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	151
<i>Adriane Augusta Melo Diogo</i>	
8 UM OLHAR SOBRE AS PRAÇAS DE BELÉM: ESTÉTICA E HISTÓRIA NO ROTEIRO DOS CORETOS	189
<i>Marlene Schlup Santos</i>	
9 A CAPOEIRA E O BOI-BUMBÁ: TERRITÓRIOS E LUTAS DA CULTURA AFRO-AMAZÔNICA EM BELÉM DO PARÁ: 1889-1906	223
<i>Luiz Augusto Pinheiro Leal</i>	
10 "VEM DO BAIRRO DO JURUNAS": RITMOS E PULSARES DA VIDA COTIDIANA EM BELÉM	255
<i>Carmem Izabel Rodrigues</i>	
11 BELÉM DO PARÁ, PALCO DE MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX	285
<i>Ângela Tereza de Oliveira Corrêa</i>	

PARTE III
CULTURA

12 IMAGENS DA AMAZÔNIA PARAENSE: UMA LEITURA ALEGÓRICA DA OBRA DE DALCÍDIO JURANDIR	317
<i>Marcus Vinnicius C. Leite</i>	
13 SOBRE ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DE BELÉM EM ALTAR EM CHAMAS, DE JOÃO DE JESUS PAES LOUREIRO	341
<i>Relivaldo Pinho de Oliveira</i>	
14 EQUILIBRISTAS DA VIDA COTIDIANA: ARTE CIRCENSE, LAZER E CORPO A PARTIR DA ESCOLA CIRCO EM BELÉM DO PARÁ	369
<i>Lucília da Silva Matos</i>	

15 ICONOGRAFIAS DA BELLE ÉPOQUE EM BELÉM: ACERVOS DO MABE E DO MPEG	381
<i>Luiz Tadeu da Costa</i>	
16 COMÉRCIO DE PLANTAS MEDICINAIS EM BELÉM DO PARÁ	393
<i>Estér Roseli Baptista</i>	
17 MOVELARIA DE CIPÓ TITICA EM BELÉM DO PARÁ: ORIGENS, PRODUÇÃO E USO	421
<i>Denise Machado Cardoso</i>	
18 RECURSOS FLORESTAIS E SUA TRANSFORMAÇÃO EM CULTURA NA CIDADE: RECONSTITUINDO SIGNIFICADOS	449
<i>Marilena Loureiro da Silva</i>	
19 FONTES DE ENERGIA NA AMAZÔNIA: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR SOBRE O USO DO CARVÃO VEGETAL EM BELÉM DO PARÁ	491
<i>Márcia Eloisa Lasmar Bieri</i>	
20 O PROGRAMA "FARMÁCIA NATIVA" E A VALORIZAÇÃO DO CONHECIMENTO POPULAR NO USO DAS PLANTAS MEDICINAIS EM BELÉM DO PARÁ	515
<i>Cristina Maués, Leila Kettle e Orenzio Soler</i>	

PARTE IV
SOCIEDADE

21 CIDADE DAS "BONECAS": A SEDUÇÃO DAS TRAVESTIS NA BELÉM URBANA	543
<i>Rubens da Silva Ferreira</i>	
22 A VIOLÊNCIA DAS GANGUES E OS GUETOS SOCIAIS EM BELÉM DO PARÁ: SOCIABILIDADES CONFLITUOSAS	571
<i>Ligia T. Lopes Simonian e Mário J. Brasil Xavier</i>	

23 ECONOMIA FAMILIAR INTERGERACIONAL A PARTIR DAS MULHERES AFRO-DESCENDENTES DA FEIRA DO VER-O-PESO, BELÉM DO PARÁ	591
<i>Ligia T. Lopes Simonian e Ana Lídia N. Pantoja</i>	
24 CONGRESSO DA CIDADE EM BELÉM DO PARÁ: PROTAGONISMO POPULAR NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO	621
<i>Edmilson B. Rodrigues</i>	
25 POLÍTICAS PÚBLICAS, MOVIMENTOS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE NA BAIÁ DO SOL, EM MOSQUEIRO, BELÉM DO PARÁ	635
<i>Ligia T. Lopes Simonian e José Bittencourt da Silva</i>	
26 O TRABALHO TÉCNICO NA ELABORAÇÃO DE PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: EXPERIÊNCIAS NO RIACHO DOCE E NO PANTANAL	661
<i>Solange Maria Gayoso da Costa</i>	
27 PAISAGEM, ARQUITETURA E ECOTURISMO EM MOSQUEIRO: A EXPERIÊNCIA DO HOTEL FAZENDA PARAÍSO	681
<i>Silvana Lima da Costa</i>	
ANEXO	703
AUTORAS/AUTORES	709

A tantos e tantas que incluíram em sua agenda acadêmica ou intelectual produções sobre Belém do Pará, seu ambiente, sua gente etc. e deste modo vêm contribuindo para a preservação da memória local.

José Aldemir de Oliveira

1 INTRODUÇÃO

A questão central deste capítulo é discutir o processo de produção da cidade na Amazônia, no período seguinte à crise da borracha¹ e se essa produção se caracteriza como produção do urbano na periferia. O ponto de partida é a compreensão do significado da paisagem urbana e a inferência sobre a sua existência na Amazônia. Em seguida, tem-se a discussão do modo como se produz o espaço no centro no período estudado, quais as interfaces, similitudes e diferenças da produção do espaço na margem. E, finalmente, a sustentação de que é necessário compreender as cidades amazônicas para além da paisagem aparente que é visualizada de imediato.

O material ora apresentado e discutido resulta de uma pesquisa em andamento sobre a cidade de Manaus, e trata desde 1920 aos dias atuais. Um livro foi lançado no final de 2003 e abrange o espaço de tempo entre 1920 e 1967, em geral considerado como o “[...] período da cidade em crise na Amazônia” (Oliveira, 2003, p. 18). Autores de matrizes metodológicas variadas e, também, de visões de mundo diferentes consideram a cidade nessa região e época, como letárgica ou imersa numa crise grande².

¹ Produto beneficiado do látex da seringueira (*Ficus brasiliensis* – EUPHORBIACEAE).

² Destaca-se especialmente dois autores cuja interpretação da Amazônia é bem dispare: Antonio José Souto Loureiro e Márcio Souza, que, no entanto, têm visões similares quanto à crise da cidade na região no período seguinte ao *boom* da borracha. Ver, ao final, os livros desses autores arrolados nas referências.

Sem minimizar a crise, assinala-se que a espacialidade da cidade na Amazônia no período compreendido entre 1920 e 1967 se desenvolve pelo encadeamento de continuidades e rupturas, num sistema de ações que em alguns momentos são extraordinariamente dramáticos. Precisamente, esses são marcados pela queda do preço da borracha e pela crise política. Ao mesmo tempo em que os sujeitos se confrontam, a cidade continuou a existir e, por meio deles e com eles, se tornou um lugar de resistência e de experiências ímpares, como o lugar das festas, das criações artísticas, aparecendo como alternativas à vivência urbana.

A borracha, que havia sustentado a expansão urbana até então – com a criação de certa infraestrutura e o fausto (Dias, 1999) em algumas cidades, até as duas primeiras décadas do século XX – determina o entendimento da cidade como se a Amazônia fosse igual. Porém, o conceito total, tomado dogmaticamente, esvazia a História. Em decorrência, é preciso buscar a compreensão do vivido enquanto dimensão da espacialização da vida. Esse processo encerra contradições, e é disso que trata este capítulo.

2 QUAL O ENTENDIMENTO DE PAISAGEM URBANA?

Em primeiro lugar, há de considerar-se que a paisagem está para além da aparência e por isto a análise e a discussão do urbano tem que ser vistas a partir do encadeamento das ações sociais que resultaram em espacialidades. A cidade na Amazônia contém momentos diversos da produção do espaço na região, o que nos remete à compreensão do processo e do modo pelo qual a cidade foi produzida. Como sustenta Carlos (1994), a paisagem não é só produto da História; ela a reproduz, bem como a concepção que o ser humano tem e teve do morar, do habitar, do trabalhar, do comer e do beber, enfim, do viver.

O processo de produção da paisagem urbana é contínuo e descontínuo no tempo e no espaço. O contínuo-descontínuo afeta as relações sociais que se concretizam em espacialidades. Ao longo do processo de produção do urbano na Amazônia, algumas formas desapareceram, outras se transformaram e/ou foram recuperadas, passando a ter conteúdos e significados novos, embora não tenham

perdido algumas das características pretéritas, especialmente nas formas.

Na maioria das cidades amazônicas, especialmente nas mais antigas e localizadas às margens dos rios, as modalidades pretéritas que retomam ao século XIX adaptaram-se às funções novas postas pela contemporaneidade urbana. Outras, no entanto, parecem ter desaparecido. A hipótese ora trabalhada é de que as modalidades aparentemente desaparecidas permanecem como resíduos no imaginário coletivo.

Neste capítulo, entende-se que a análise sobre a cidade na Amazônia não pode ser reduzida à forma, a qual pode ser a mesma e ter funções diferentes em tempos diversos. Do mesmo modo, a análise não pode se restringir à função, pois a cidade é produto das relações sociais que se espacializam como resultado do modo de ser de uma dada sociedade em espaços-tempos específicos. São eventos quase sempre impostos, o que não significa que são homogêneos enquanto espacialidades.

Por sua vez, esta espacialidade revela as mais diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam, a partir das condições concretas, defender seus interesses. Isso leva à compreensão da paisagem urbana como o resultado das determinações das políticas do Estado, das relações sociais de produção e, mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas. Tais relações concretizam-se em espacialidades da cidade real ou imaginária na beira do rio – na várzea, na terra firme, na beira da estrada.

Em decorrência, a análise que se faz da cidade na Amazônia se dá a partir da construção de um objeto, o modo pelo qual a cidade se produz, sua substância e conteúdo a partir de relações sociais que se transformam em relações socioespaciais. Por isso, é preciso considerar dois momentos: aquele que decompõe a paisagem geográfica, considerando o sítio urbano, compondo e recompondo os elementos da paisagem e as ações dos produtores do espaço urbano: Estado, empresas, imobiliárias, proprietários de terra urbana e grupos sociais diversos. Ou seja, a paisagem urbana não pode ser considerada

como imagem simples, tampouco como mera localização, mas como resultado das ações concretas promovidas por sujeitos reais.

Nas análises produzidas sobre as cidades na Amazônia, considera-se além das ações desencadeadas pelo Estado, as questões ligadas à estrutura e à conjuntura local, nacional e até internacional, também e principalmente, as coisas simples. Por que as coisas simples? Em primeiro lugar, porque as banalidades talvez sejam banais apenas na aparência e, em segundo lugar porque o que se busca é a compreensão do processo de criação do urbano em lugares específicos da Amazônia.

Neste ponto, não basta remontar à expansão das estruturas de porte grande para se compreender as espacialidades, pois a realidade como processo não é um dado estático e pronto. De fato, o mesmo é mutável, dinâmico e se opera num movimento em que se enquadra a própria produção da sociedade. É preciso colocar em cena certos conteúdos da prática social dos quais as relações sociais novas de produção se apropriaram, modificando-os ou não, mas dando-lhes outras dimensões e significados.

3 QUAL O SENTIDO DA GEOGRAFIA DO CENTRO E DA MARGEM E A PRODUÇÃO DO URBANO?

Na forma da cidade, estão possibilidades enquanto permanências e/ou rupturas, pois o espaço é a realização da História, sendo a um só tempo, passado, presente e futuro. As cidades não se produzem isoladamente. Na sua espacialidade estão as dimensões do distante. No caso do período em análise, estão as dimensões do que se produz enquanto urbano no centro sul do Brasil e as dimensões do lugar. Por ora, há de se considerar as primeiras como sendo a geografia do centro e as segundas como geografia da margem.

O centro e a margem não se separam, ao contrário, ligam-se, imbricam-se e complementam-se. Em alguns casos, o centro está na margem, assim como a margem está no centro. Para retomar uma expressão de sentido similar escrita por Santos (1997), a periferia está no centro e o centro está na periferia.

No período que ora se concentra a análise, a geografia da margem se concretiza no que aqui se denomina de a "[...] divina decadência [...]", ocasionada pela crise da borracha. A produção do espaço da cidade desenvolveu-se menos sob influência de suas condições geográficas do que pelo impulso que adquiriu com o crescimento econômico determinado pela produção e exportação da borracha. Belém e Manaus, como exemplos emblemáticos, estiveram, no período áureo da borracha, mais ligadas ao mercado externo do que ao mercado nacional.

Portanto, as espacialidades produzidas nestas cidades no período da borracha mais do que uma determinação nacional foi uma determinação do exterior. Isso não significa subtrair e desconhecer que havia uma minoria interna que se beneficiou de todo o processo de exploração do látex. Todavia, a maioria da população dispersa nos altos rios e submetida a condições precárias de vida, diante do processo intenso de exploração e em decorrência da diminuição da procura pelo látex, busca por meio do conhecimento acumulado sobre o espaço vivido, criar as possibilidades de permanência e de ruptura.

Por sua vez, a possibilidade de ruptura decorrente de uma compreensão da produção do espaço a partir de relações sociais de produção foi destruída, mas foram recriadas a partir de dimensões novas. Isso se deu com os nordestinos, os *brabos*, que à época foram arrancados de seu meio, de sua cultura, de seu modo de vida no Nordeste. A seguir, no interior da Amazônia, *amansaram* e de algum modo conseguem reconstruir sua base cultural a partir de dimensões e de possibilidades novas.

De modo mais significativo, isto também ocorreu com as populações indígena, cabocla e ribeirinha. Uma das consequências do ciclo da borracha foi a destruição do território das populações indígenas à medida que a ampliação das áreas de exploração de látex se deu como decorrência da diminuição demográfica e territorial dos índios. Foi esse processo com contradições e conflitos múltiplos que oportunizou a dinâmica da sociedade e que explica, no caso da borracha da Amazônia, a criação de mecanismos alternativos criados pelas próprias populações.

Dentre estes mecanismos, houve a ampliação de produtos extrativistas e produção agrícola nas várzeas, ações capazes de superar a crise da borracha. Essas ações, não necessariamente num primeiro momento ligadas ao mercado, significaram a produção de um espaço que não perdeu as qualidades naturais intrínsecas e as atividades econômicas. As mesmas estiveram relacionadas com a água – a exemplo da pesca –, com a terra – como na agricultura em escala pequena – e com a floresta – precisamente com as atividades extrativas.

A crise da borracha explicita uma rede de circulação reveladora das relações de poder que não estavam restritas à produção da borracha. Todavia, se ligava fortemente a uma estrutura de poder baseada numa sociedade extrativista. Não se buscou alternativas, mas a permanência das casas aviadoras locais que se ligavam aos interesses de grupos econômicos nacionais e internacionais. Isto pode ser inferido das manifestações explicitadas em números diversos da Revista da Associação Comercial do Amazonas (1932, 1925, 1913), que se constitui fonte importante para a compreensão do discurso dos comerciantes – revela o domínio do espaço por certo segmento da classe dominante.

Neste período, também a crise no centro repercutiu na margem e atingiu a já combatida economia da Amazônia. De fato, a diversificação da produção ainda era incipiente e a borracha continuava sendo o principal produto de exportação. Entretanto, o seu desempenho era sofrível quanto ao mercado externo, especialmente em decorrência da queda contínua dos preços.

4 NA OUTRA MARGEM DO RIO, O QUE HÁ?

Mais do que compreender a geografia do centro e da margem é preciso atravessar para o outro lado do rio. A primeira tentativa de atravessá-lo ocorreu durante os anos iniciados em 1940 quando da Segunda Guerra Mundial, com o bloqueio dos seringais asiáticos, o que determinou um impulso novo à Amazônia. A operação que atendeu ao esforço de guerra dos Estados Unidos da América – EUA provocou certa euforia com a possibilidade de retomo ao *boom* da

borracha. Entretanto, esse período denominado de “Batalha da Borracha” foi efêmero, pouco contribuindo para a superação da estagnação econômica e o esperado progresso novamente não chegou.

Esta talvez seja a característica principal da temporalidade e espacialidade amazônicas: a espera, a contemplação das águas dos rios que passam. O espaço e o tempo na Amazônia, na perspectiva da sociedade nacional, são sempre inacabados, é o nunca chegar ao ponto transitório. Aqui se está sempre à espera das migalhas que são postas pelos de fora.

Isto decorre de o espaço e o tempo da Amazônia se caracterizarem pelo atraso, um processo que não se conclui, ações que não chegam ao fim. “Não é uma história que se faz. É uma história sempre por se fazer” (Martins, 1994, p. 11). Nessa região, na visão das elites, a história não pode ser feita, há de ser esperada. A tentativa de retomada da economia da borracha se enquadra nessa perspectiva, pois três décadas de crise não contribuíram para a busca de alternativas perenes para a Amazônia. Foi mais fácil esperar.

No plano político, o final dos anos que começaram em 1940 assinalou a busca do retorno ao Estado de direito, após uma década de autoritarismo. Getúlio Vargas foi deposto e convocou-se a Assembleia Nacional Constituinte que, ao elaborar a Constituição nova de 1946, incluiu um artigo obrigando a União, os estados e os municípios de uma área extensa correspondente a quase metade do território brasileiro, a aplicarem durante 20 anos, três por cento de sua renda tributária no desenvolvimento regional. E como posto em Brasil (1954), esse recurso seria executado por meio do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – PVEA.

Assim, passou-se de uma política de desenvolvimento econômico e intervenção estatal para uma política de redução das funções econômicas do poder público e descompromisso com o desenvolvimento regional. O compromisso com a iniciativa livre e a oposição ao intervencionismo do Estado aparece em todas as ações do governo no período de 1946 a 1950. Após sete anos de promulgação da Constituição, em 1953, quando do retomo de Vargas ao poder, regulamentou-se o artigo 199, por meio da Lei 1806, que como se

verifica em Brasil (1951), definiu a área de abrangência do Plano de Valorização Econômica seguida da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA.

Com a criação da SPVEA, elaborou-se o Plano de Emergência (1953-1954) e o Plano Quinquenal (1955-1959), que privilegiavam a construção da infraestrutura, saúde e educação. O Plano de Emergência, de 1954, traçou o diagnóstico da Amazônia e, em alguns casos, apresentou uma visão além de seu tempo. Entretanto, a execução quer desse Plano, quer do Plano Quinquenal, não atingiu todas as metas previstas, destacando-se apenas a construção da estrada Belém-Brasília, que resultou em mais de uma determinação da geopolítica nacional do que de uma política regional.

Do ponto de vista da espacialidade, a construção de Brasília e a sua ligação rodoviária com a cidade de Belém desencadearam a criação de uma rede viária com a construção de estradas de alcance longo na Amazônia. Na visão geopolítica originária da Escola Superior de Guerra – ESG, a mesma significava vertebrar o território amazônico, integrando-o ao restante do país (Desenvolvimento, 1967). Por certo, a política de integração da Amazônia iniciada nos anos de 1950 e tornada mais agressiva a partir dos anos que principiaram em 1960 determinou a produção de estruturas espaciais diferenciadas.

Estas tinham por objetivo servir de base ao desenvolvimento de atividades econômicas novas, o que se chocou com as relações de produção existentes. Também, esse processo transformou a Amazônia de região-problema a vazão demográfico. E isso significou passar da decadência à ascensão, com projetos de “desenvolvimento regional”, cuja base era a “ocupação” da região integrando-a ao restante do Brasil.

Por que é importante considerar esta dimensão do centro e da margem? Em primeiro lugar, por entender que algumas políticas públicas adotadas para a Amazônia a partir do governo militar haviam sido desenvolvidas anteriormente, sendo que alguns projetos e atividades foram apenas retomados ou redimensionados. É importante assinalar que, mesmo nos casos de projetos retomados, ocorreram mudanças.

Tais transformações deram-se tanto pelo modo autoritário como foram conduzidas as ações, como pela combinação das mesmas com políticas públicas adotadas e/ou dinamizadas pelo poder público em seus níveis diversos. A verdade é que, como assinala entre outros, Ianni (1981), os governos militares foram induzidos a reelaborar e desenvolver as políticas regionais para a Amazônia.

Observe-se que, em segundo lugar, o espaço é um produto da sociedade e, portanto, reflete tanto a sua estrutura como a sua dinâmica. No caso em análise, o espaço urbano reflete na sua forma e conteúdo a sociedade. Portanto, o seu entendimento só será possível se estiver acoplado à compreensão da sociedade. Nesses termos, a cidade não se produz isolada, ela é a imagem de si mesma a partir de impressões, transformações e permanências herdadas da cultura de um povo.

Neste sentido, compreender como foi, como é e como será a cidade significa diagnosticá-la e prognosticá-la. Mais que isso, significa saber quem somos e para onde vamos, pois é este o desejo que encerra toda a busca da identidade. Recuperar a identidade perdida implica em recuperar a memória que contribui para a construção de uma cidade mais justa e mais igualitária.

Por outro lado, na produção do espaço urbano as ações são cada vez mais estranhas ao lugar. Daí ser necessário distinguir entre a escala de realização das ações e a escala de seu comando. Essa distinção torna-se fundamental na produção do espaço contemporâneo, pois muitas das ações que se desenrolam no lugar são produtos e produzidas por necessidades alhures. Como assinala Santos (1997), a escolha do ser humano comum, em muitas das ações que empreende, é limitada. Frequentemente, o ator é apenas o veículo da ação, não o seu verdadeiro motor.

5 PARA ALÉM DA MARGEM E DO CENTRO

Na compreensão das cidades amazônicas, para além da paisagem aparente é no outro lado do rio onde existe sempre a esperança. A complexidade que passa a existir na sociedade da

Amazônia, no período seguinte ao ciclo da borracha, não permite que se compreenda as cidades regionais apenas relacionando-as à crise, imersa nos problemas ditos urbanos. Também, tem que ser percebidas como virtualidades, como possibilidades.

Por certo, a cidade enquanto obra do ser humano é uma das dimensões mais representativas da sociedade humana. Por isso, é necessária a superação de modos simplistas de interpretações e de intervenções na cidade. É de se reconhecer que tais práticas são engendradas a partir de condições objetivas mediadas pelas contradições e conflitos da sociedade, pois a cidade pressupõe a diferença.

É preciso apontar para outro modo de intervenção no urbano que se contraponha ao planejamento do Estado que predominou no período, que partiu quase sempre da premissa do urbano enquanto "problema", juntando maneiras diferenciadas de conhecimento em diagnóstico. O objetivo dessa proposta diz respeito à elaboração de um conjunto de técnicas de intervenção na cidade, articulando um conjunto de instrumentos jurídicos, financeiros, técnicos. Ainda, é de se considerar a intenção de solucionar uma série de problemas agrupados sob a denominação de questão urbana ou, de outro modo, dimensionando a distribuição das atividades.

Esta perspectiva, do ponto de vista ideológico, visou organizar a reprodução da força de trabalho e garantir a infraestrutura para o capital. Concebida desta maneira, a política urbana define, orienta e estabelece mecanismos operativos para que a estrutura urbana acompanhe a estratégia de desenvolvimento. Esse modelo predominou no período do modelo desenvolvimentista, a partir dos anos iniciados em 1960, quando as ações novas não contribuíram para superar a visão de cidade funcional reduzida caricaturalmente.

A cidade na Amazônia sempre foi vista como o *locus* da produção e do consumo e como base logística de interiorização das atividades do capital e do Estado. Jamais percebeu-se a cidade como o lugar de morar, trabalhar, cuidar do corpo e do espírito, uma realidade complexa e contraditória, ultrapassando a paisagem que se percebe, para circunscrever sentimentos e emoções, contendo a produção.

Também, é de se levar em conta a reprodução, como assinala Lefèbvre (1991, 1986, 1978), que é uma das obras mais importantes do ser humano.

6 QUAL DEVERIA ENTÃO SER A PERSPECTIVA DE ANÁLISE DA PAISAGEM URBANA NA AMAZÔNIA?

No caso das cidades amazônicas, quase sempre localizadas no meio da floresta e às margens dos rios, o habitante desse espaço pode ser levado inconscientemente a estabelecer a dimensão de espacialidade a partir do encantamento com a realidade física. Entretanto, a generosidade da paisagem natural esvai-se, e o que fica é o construído artificialmente. A estrutura da cidade é dada pelo conjunto dos sistemas naturais existentes numa determinada área e pelo que lhe acrescem os seres humanos.

Tal espaço construído tem, pois, uma existência natural. Todavia, no entender de Santos (1997), a existência real somente lhe é dada por causa das relações sociais. Não foi e não é apenas a sociedade que se adaptou à reprodução das relações de produção, mas todo o espaço setorizado, reduzido a um meio homogêneo e, contudo, fragmentado, diferenciado e vendido aos pedaços. Parte significativa da população teve seu cotidiano reduzido ao consumo de migalhas, sendo continuamente afastada das conquistas que as transformações ocorridas na cidade, por exemplo, no período da borracha, poderiam lhes possibilitar.

Em decorrência de tal realidade, engendrou-se um espaço urbano reduzido a fragmentos articulados, que a todo custo a centralidade imposta pelo poder coercitivo atraiu, normalizou e hierarquizou. Por sua vez, a centralidade que se impôs tentou reduzir as diferenças e produzir um espaço urbano homogêneo. Essa homogeneidade ficou aparente, visto que a cidade é fragmentada, podendo ser identificadas várias cidades dentro das cidades maiores, e cidades as mais diversas nas cidades menores.

Para além do espaço aparente, as ações dos vários agentes produtores do espaço deveriam buscar as condições da urbanidade, o que significa articular as políticas urbanas, visando remir os espaços

coletivos como signo da nova cidade. Resgatar as cidades não só como funcionalidade da produção e da circulação, mas como lugar das pessoas. Além disso, há de se perseguir a busca de um tempo para os encontros que ultrapassasse o encontro para a troca das coisas. É, também, de lembrar-se acerca da criação de tempos e de espaços para a vida em toda a sua dimensão. Isso passa pelo resgate da cidadania que, na cidade, exige a concretude de uma vida decente, que pressupõe o acesso às condições dignas de vivência.

Ainda que a ausência de bens e serviços seja abominável, a falta de tempo, de lazer, de informação e de bens da natureza são também intoleráveis. E a ser a cidade a projeção da sociedade, as mudanças só ocorrerão a partir das transformações da sociedade. As desigualdades sociais extremas que caracterizam uma sociedade como a brasileira no geral e a amazônica em particular, desde a colonização até os dias atuais, marcada por uma das piores distribuições de renda do mundo, afastam a todos e todas cada vez mais da construção de uma cidade e, por extensão, de uma sociedade mais justa.

É, no entanto, de superar-se um modelo de planejamento das cidades em que os embelezamentos, as infraestruturas construídas apenas retiram os pobres do alcance da visão. Porém, eles voltam para usufruir as transformações. São contestações que surgem aqui e ali sob maneiras diferenciadas, como se a negação criadora moldasse centros precários e momentâneos que escapam ao urbanismo racional. Como assinalou Santos (1997), são os pobres que na cidade mais fixamente olham para o futuro.

Isto não significa fazer uma apologia à pobreza, mas compreender a vida das pessoas, de onde brotam as dimensões de espacialidades. Essas, quase sempre são desconsideradas, pois estão eivadas por coisas simples, transmutadas numa sensação de obviedade extrema. E isso devido à frequência do estar sempre por aí.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conclusão a que se chega, a partir especialmente dos relatos de pessoas que produziam o espaço urbano das cidades amazônicas,

especialmente da cidade de Manaus e no período estudado, é que a construção da espacialidade urbana possibilita a persistência da dimensão humana, possuindo o sentido da resistência, embora quem o faça talvez não compreenda essa dimensão. Inclusive, é de ressaltar-se que essa construção pôde ser empreendida apesar das transformações ocorridas terem aniquilado as modalidades de relações sociais existentes. Mesmo assim o faz, reinventando modos de relacionar-se com as coisas, com os objetos e com os seres humanos.

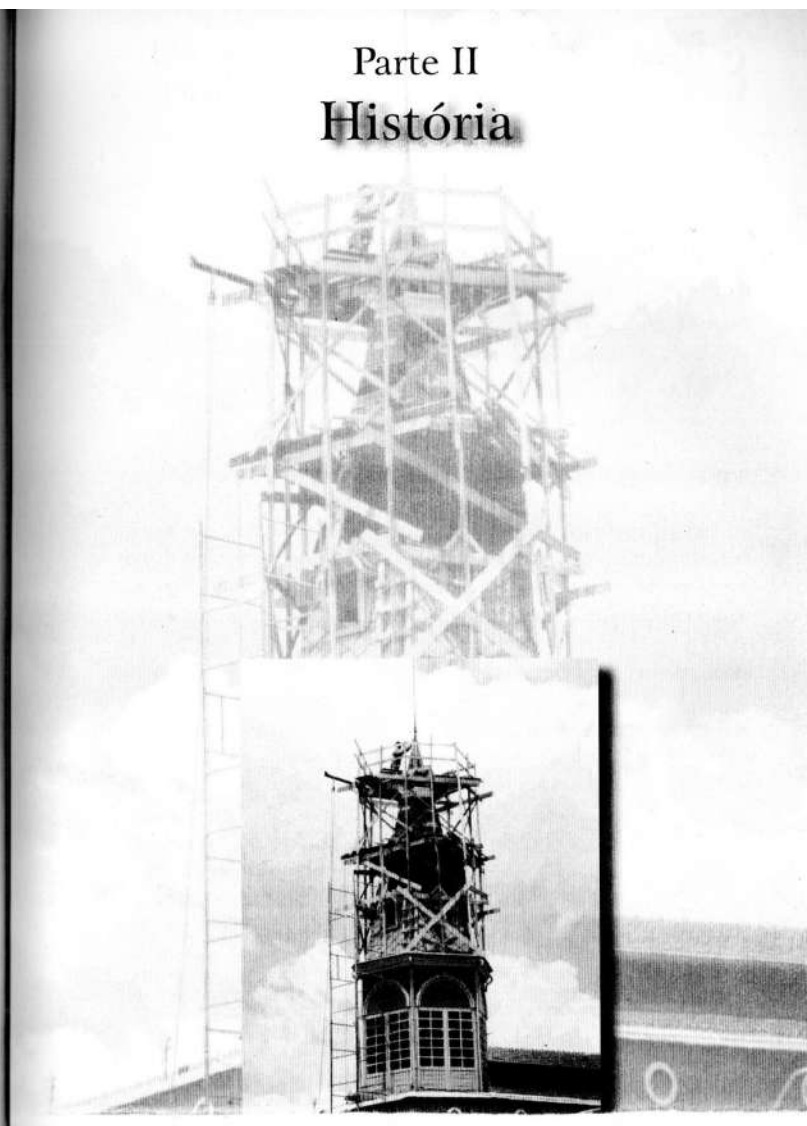
Neste sentido, a crise da cidade não é homogênea, não atinge a todos igualmente e em alguns casos nem mesmo se faz notar. A dimensão social desse processo é, sobretudo, uma dimensão espacial, sendo, por isso, concebida como uma prática socioespacial, tendo a cidade como o lugar geográfico da ação. Isso possibilita a compreensão de que a geografia da margem não é o resultado direto da geografia do centro e ao mesmo tempo, possibilita que se reconheça a relação existente entre uma e outra. Consequentemente, é preciso buscar o outro lado do rio onde podem ser configurados o lugar, o nacional e o global.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Senado Federal. *Plano de valorização econômica da Amazônia*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1951.
- CARLOS, A. F. A. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- DESENVOLVIMENTO econômico da Amazônia. Belém: BASA/UFPA, 1967. (Coleção Amazônica – série Augusto Montenegro).
- DIAS, E. M. *A ilusão do Fausto - Manaus 1890-1920*. Manaus: Editora Valer, 1999.
- IANNI, O. *A ditadura do grande capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

- . *La production de l'espace*. 3. ed. Paris: Éditions Anthropos, 1986.
- . *El derecho a la ciudad*. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978.
- LOUREIRO, A. J. S. *A grande crise (1908-1916)*. Manaus: Edição do Autor, 1986.
- . *Tempos de esperança*. Manaus: Editora Sérgio Cardoso, 1994.
- MARTINS, J. de S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- OLIVEIRA, J. A. de. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.
- . *Manaus 1920 – 1967: a cidade doce e dura em excesso*. Manaus: EDUA; Valer, 2003.
- REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS. Manaus, n. 187, 10.11.1932.
- . Manaus, n. 126, 10.10.1925.
- . Manaus, Anno VI, n. 62, 10.8.1913.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço urbano*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SOUZA, M. *A expressão amazense do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

Parte II História



Para os que terão acesso ao presente trabalho, especialmente os estudiosos da questão urbana no Brasil, organizado pela antropóloga do NAEA, Ligia Simonian, com o ambicioso título "Belém do Pará: História, Cultura e Sociedade", algumas de suas qualidades merecem ser ressaltadas. Inicialmente pela cidade que se propõe a desvendar. Sim, porque é disso que trata o presente texto quando se debruça sobre as diferentes dimensões da realidade urbana de Belém do Pará, uma das metrópoles desta vasta região Norte do Brasil. Belém nos aparece, num primeiro momento, com certo ar de exotismo. Não escapamos do fato de que se trata de uma metrópole amazônica e isso produz algo cuja existência pode ser constatada de modo indiscutível. Portanto, explorá-la na perspectiva de Hannerz e considerá-la como um contexto que além de cenário é, também, um componente dos processos que ali se passam é a proposta geral da obra.

Em seguida, para os leitores que se encontram fora do ambiente amazônico, e que se alimentam de imagens midiáticas sobre a realidade daquela vasta região, há neste livro, com o rigor acadêmico que o qualifica, ângulos insuspeitados. A pulverização de temas que à primeira vista nos provoca certa inquietação, paulatinamente vai criando um cenário – como num puzzle – que de forma contraditória nos é estranhamente familiar. Nossas metrópoles têm um "ar de família" que se percebe caminhando pela cidade de Belém com os autores dos textos que compõem a obra.

Brasilmar Ferreira Nunes

SIMONIAN, Ligia T. Lopes (OR
Belém do Pará: história, cul



000000720

